



Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1981

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ezequias Losso, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Nestor Baptista.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Naeli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Joao Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. GILBERTO GARDEN, Presidente da SANEPAR, no sentido de serem tomadas as mais urgentes medidas a fim de que sejam sanados vez por todas as dificuldades que estão impossibilitando a Cidade de Ubatã receber água em abundância, haja visto o serviço lá instalado ser o de pior qualidade.

Requer ainda que desta seja dado ciência à Câmara Municipal de Ubatã.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1981.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

Por ser o precioso líquido “água” o essencial para uma comunidade e sem ela ser dificultada a vida tanto na cidade como no campo é que vimos apelar à SANEPAR em nome da Cidade de Ubatã a urgente solução para o cruciante problema do abastecimento d’água.

Sabemos que Ubatã é um dos grandes e pujantes municípios do Paraná.

Terras fertilíssimas, geradas de divisas para os cofres públicos, tanto da União, como do Estado e município.

Por ter já contribuído e muito com o nosso desenvolvimento, não merece padecer o infortúnio de sua população laboriosa sofrer as drásticas conseqüências da falta d’água.

Dois poços artesianos, e o serviço SANEPAR funcionam não a contento da população.

Estão a reclamar reparos urgentes. Sua população não mais suporta o desprezo de que está sendo vítima por parte da SANEPAR.

Movimentos populares com a participação de entidades comunitárias poderão eclodir a qualquer momento e advirão sem dúvida alguma, se resolvido não for o grave problema que está a prejudicar o comércio, a indústria e toda uma população ansiosa por JUSTIÇA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Ministro do Planejamento Delfim Neto, ao Ministro da Agricultura Amauri Stábile, ao Presidente do Banco Central e ao Presidente do Banco do Brasil, solicitando que sejam reduzidas substancialmente as taxas de juros aplicadas sobre os empréstimos para investimentos agrícolas ou agropecuários.

Requer também, envio de cópias à Associação Comercial e Industrial de Toledo - ACIT, Cooperativa Agropecuária Cascaavel Ltda. — COPAVEL, Cooperativa Agrícola Três Fronteiras Ltda. — COTREFAL, Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. COPAGRIL, à Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda - COOPAGRO, e à Câmara Municipal de Toledo.

Segue anexo, justificativa da Associação Comercial e Industrial de Toledo - ACIT.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

Produzir e poupar tem sido, nos últimos tempos, a tábua rasa da política do Governo, como recomendação a todos os brasileiros para solução da crise econômica nacional. E, naturalmente, em nenhum campo dessa política a recomendação se faria mais imprescindível do que no da política agrícola, uma vez que a nossa principal fonte de economia ainda reside na produção rural.

Acontece que a taxa de juros para investimentos agrícolas ou agropecuários foi elevada para setenta e três por cento anuais, juros que tornam tais investimentos proibitivos aos agricultores e pecuaristas.

Basta ver, por exemplo, que uma automotriz destinada à agricultura ou à agropecuária, com o preço já elevado para Cr\$ 4.000.000,00, se financiada pelos bancos a juros de setenta e três por cento, sofrerá o ônus nada menor do que Cr\$... 2.920.000,00, correspondentes a esses juros, por ano.

Disso resulta que o agricultor que quiser maquinário financiado, passará a trabalhar apenas para pagar os juros desse maquinário e talvez nem esses juros consiga pagar, terminando por chegar a uma total descapitalização.

Essa política de juros escorchantes, além de fugir à propalada prioridade agrícola do Governo e de levar o ruralista a uma total descapitalização, afeta ainda o comércio de maquinaria agrícola e, assim, gera ou agrava o problema do desemprego no campo e na cidade.

Da mesma forma, se não se muda tal critério de juros sobre os investimentos agrícolas ou agropecuários, a descapitalização e a falência prevalecerão tanto entre os ruralistas como entre as empresas fabricantes e ou vendedoras de maquinaria e implementos agrícolas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Conselho Monetário Nacional do Brasil, solicitando um estudo coordenado desses três órgãos, no sentido de se proporcionar um substancial aumento no limite de empréstimos à pequena e à média empresa, mas com juros de crédito subsidiado.

Requer também, envio de cópias à Associação Comercial e Industrial de Toledo-ACIT, à Associação Comercial de Palotina, à Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, à Associação Comercial e Industrial de Guaíra, à Associação Comercial e Industrial de Mal. Cândido Rondon, à Associação Comercial e Industrial de Matelândia, à Associação Comercial e Industrial de Medianeira, à Associação Comercial e Industrial de Santa Helena, à Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa.

Segue anexo justificativa da Associação Comercial e Industrial de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1.981.

a) Nelton Friedrich.

JUSTIFICATIVA:

A pequena e média empresa nacionais atravessam atualmente uma das mais críticas fases de sua história. A falta de capital de giro reduziu-lhes os estoques a uma calamitosa situação pré-falimentar entre cujas alternativas a mais danosa para toda a sociedade brasileira já começa a ser a do desemprego. Esta alternativa - diga-se de passagem - se possibilita a sobrevivência da pequena e da média empresa, não constitui solução para a continuidade do progresso ou do desenvolvimento nacional, mas, sim, pelo contrário, agrava ainda mais o crucial problema social com que o próprio Governo já se encontra seriamente envolvido.

Por outro lado, aumentar o crédito bancário a essas empresas sob a atual liberdade de juros escorchantes, longe de proporcionar-lhes capital de giro, apressar-lhes-ia o suicídio falimentar, não só pela sobrecarga de juros em si, senão também porque a prática vem demonstrando que a não exigência de reciprocidade por parte dos bancos não passa de utopia.

"A reciprocidade é uma prática aqui e em vários países do mundo, e, não obstante seja verdade que, em muitos casos, os tomadores têm razão em reclamar contra elas, é muito difícil levar a sério a ameaça de autoridade. Mesmo que tenhamos a boa vontade de acreditar que o Banco Central vai tentar punir os bancos que exigem reciprocidade, especialmente no fornecimento de dinheiro subsidiado, não vemos como irá, na prática, exercer ação fiscalizadora.

Por outras palavras, jamais os bancos deixarão de exigir dos tomadores de empréstimos, além do tradicional saldo médio, a compra de ações, a realização de seguros, o depósito a prazo fixo e outras compensações que constituem a reciprocidade do empréstimo pleiteado, reciprocidade esta que, adicionada à sobrecarga dos juros atuais, acabará por soterrar de vez o já cambaleante edifício econômico da pequena e da média empresas nacionais.

Só resta, pois como alternativa salvadora da angustiada situação dessas empresas, o aumento de limite de empréstimos, mas com os juros de crédito subsidiado, e não com os juros recentemente liberados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Ofício ao Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, solicitando imediatas e inadiáveis providências com relação a conservação da estrada Curitiba, Bocaiuva e Adrianópolis, por ser proibitivo o tráfego, devido ao péssimo estado em que se encontra atualmente.

Sabedor dos bons serviços que aquele zeloso órgão sempre prestou, principalmente naquela região, e, sobretudo hoje sob a direção inatacável do Engenheiro Paranaense Dr. José Maria Carneiro Laporte, é que vimos constangidos, pedir solução pela insustentável situação da BR-476, que tem sido meio de escoamento de calcário e outros produtos do sub-solo, além de ser região horti-granjeira e da bacia leiteira de Curitiba.

Por estes motivos, acreditamos merecer imediatas providências, pelo que apresentamos nossos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1.981.

a) Quielise Crisóstomo.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna nesta manhã de sexta-feira, para defender e justificar o apoio que nosso partido, PMDB, dá ao movimento grevista encetado pela Associação Profissional de Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas que engloba vigias e vigilantes da cidade de Londrina e da região Norte do Paraná, bem como aqui da Capital do Estado.

Não poderia ser diferente o posicionamento que o nosso Partido adota, mesmo porque somos favoráveis e faz parte do nosso programa partidário, a todo e qualquer movimento reivindicatório, principalmente como este que agora estamos a defender; por ser um movimento pacífico e legitimamente justo, diante das razões que pretendemos aqui discorrer.

O que pleiteiam os vigias e vigilantes do Paraná?

Pleiteiam um teto salarial que oscila entre 21 mil cruzeiros a 23 mil cruzeiros. Pleiteiam a instituição de um seguro de vida. Pleiteiam a redução da jornada de trabalho de oito para seis horas. Pleiteiam um local de trabalho que lhes dê maior proteção.

E estas reivindicações, quer nos parecer, são da mais alta justiça porquanto estes trabalhadores exercem uma profissão realmente perigosa, que é a de dar segurança e proteção não só às residências, aos estabelecimentos públicos mas, principalmente, aos estabelecimentos bancários, no que diz respeito a transporte e guarda de valores.

Os assaltos a bancos, reflexo de um modelo econômico injusto, reflexo da miséria implantada neste País ao longo destes 17 anos, têm sido uma tônica constante na vida do povo brasileiro. E estes trabalhadores que ganham pouco mais de sete mil cruzeiros, muitas vezes expõem suas vidas, deixando ao desamparo suas famílias e sem proteção alguma.

Quantos trabalhadores que operam nesta área de vigilância, bancária principalmente, perderam suas vidas e quantas famílias estão hoje ao desamparo, sem proteção alguma, seus filhos à mercê da sorte, em razão da morte de seus pais na proteção e no cumprimento do seu dever.

Nós do PMDB, não poderíamos ficar distantes ou alheios a mais um movimento reivindicatório como o presente, e nestas condições endereçamos à Mesa e contamos inclusive com o apoio das demais bancadas desta Casa, um requerimento onde nos posicionamos favoravelmente a este movimento dos vigias e vigilantes do Estado do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Como não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no horário reservado à Liderança do PMDB concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, nobre Deputado Fiori Luiz, Srs. Deputados.
(Lê):

“O povo de Curitiba será sangrado de novo. Mais uma vez as tarifas de ônibus sofrerão aumentos. Mais uma vez os desmandos do prefeito, assessorado e respaldado pelos empresários do setor do transporte coletivo se jogam contra o povo. Está nos jornais. As tarifas de ônibus de Curitiba vão para 18 cruzeiros e oitenta centavos, as maiores do Brasil, numa Capital que ainda tem a coragem de portar o fraseado sobre transporte coletivo, exibir cifras falsas para ludibriar a opinião pública e se mostrar como exemplo às outras cidades brasileiras. Belo exemplo, Sr. Presidente, belo exemplo. O nivelamento por baixo.

Temos assistido em Curitiba, diariamente as atitudes, no mínimo reprováveis, por parte do Sr. Jaime Lerner. O grande democrata que recusa a visita do povo, e que quando os recebe, os bota para fora como se a Prefeitura fosse sua propriedade particular. O grande democrata de mentirinha que desrespeita mandatos parlamentares, que pisoteia vereadores, que ofende deputados.

Estes desmandos, Srs. Presidente, se traduzem em atitudes concretas. Primeiro, o desrespeito com a população que reclama por justiça. E depois, repetições semestrais de atentados ao bolso do curitibano, como os aumentos tarifários.

Não faz muito tempo as passagens da Capital passaram de 5 cruzeiros e cinquenta centavos para 11 cruzeiros e cinquenta centavos, ou seja, o dobro.

Agora, alegando pressões do setor de transporte coletivo, dizendo-se sem condições de protelar os aumentos porque os empresários não suportam o arrocho, os aumentos nos preços do óleo diesel, já anuncia um reajuste de 63,7 por cento.

Ao invés de tornar mais popular o transporte a que todos tem direito, a Prefeitura de Curitiba investe contra o povo. E para provar isto, basta ir aos números.

O salário mínimo, Sr. Presidente, irá para 7 mil cruzeiros a partir do dia primeiro de maio, ironicamente chamado Dia do Trabalho. O trabalhador curitibano que usar quatro ônibus por dia, muito comum devido à distância entre sua moradia e seu trabalho, vai gastar nada menos do que um terço do seu salário em condução. Multiplique isto por dois filhos, e acabou-se o salário do trabalhador da Capital paraense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente um jornal alternativo editado em Curitiba, o “Boca no Trombone”, fez denúncias com o pé no chão, provando que somente um homem é dono de quase a metade de todos os ônibus da Capital. Este todo poderoso nada mais é do que o Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, e, coincidentemente, amigo pessoal de Jaime Lerner, e nome pelo qual o Prefeito da Capital lutou para que permanecesse como Presidente da Câmara dos Vereadores. Somente estes dados bastariam, em qualquer lugar do mundo, para instalar uma comissão de inquérito, para colocar em dúvida a honestidade das intenções destes homens públicos. Mas em Curitiba um fenômeno tem sido já constante. Como tudo se faz em nome da tecnocracia, como para tudo existe uma argumentação que usa e abusa da linguagem comumente chamada de “urbanês”, nada tem sido questionado.

Ora, nos parece mais do que momentâneo. Mais do

que necessário pedir explicações ao Prefeito da Capital sobre seus grandes projetos, e principalmente sobre aqueles que tiram o sangue, o suor e as lágrimas do trabalhador.

Até que nos prove a necessidade de aumentos tarifários, estaremos questionando a honestidade dos propósitos. Até que passe a respeitar o povo, Jaime Lerner será chamado o pequeno ditador imposto. E até que demonstre a sua firmeza de propósitos, estará sob o fogo cruzado daqueles, que não são poucos, que começam a perder a certeza de que os interesses pessoais não são confundidos com os populares na Prefeitura de Curitiba.”

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte?
(assentimento)

Deputado Nestor Baptista, nós temos acompanhado a luta de Vossa Excelência junto às camadas populares de Curitiba, e reconhecemos que Vossa Excelência, na verdade, tem sido um grande batalhador.

E não nos surpreende o comportamento do Prefeito Jaime Lerner, em repudiar a presença de populares na Casa do povo, que é a Prefeitura Municipal, porque ele não é povo. Ele está ali por mero favor, instrumento de um sistema e de um regime em que vive este País.

E na verdade, também não nos surpreende que ele, de imediato, solicitamente, venha ao encontro até dessa reivindicação, que não é uma reivindicação dos empresários, daqueles que detêm o Poder, a riqueza, para mobilizar ônibus e enfim todas as redes de transportes coletivos em Curitiba.

Acredito que ele será bem solícito para esses, porque esses são poderosos, eles não precisam nem pedir, vão impôr ao Prefeito, porque naturalmente o Prefeito está aí para servir aos poderosos.

E isso, na verdade, nós assistimos no Brasil inteiro, que vez e voz só têm os poderosos, os donos do dinheiro. Banqueiros querem subir os juros, eles sobem, o Governo cede imediatamente. Grandes empresários querem se reunir, querem majorar o preço dos seus produtos, eles majoram sem qualquer restrição do Governo, apenas usam daquelas catimbas, são as “ninfas de Camões”, que fingem uma reação, mas, na verdade, ela não existe.

Nós estamos vendo o problema de Itaipu, uma reação fingida do Governo Estadual, porque se o PDS não tem condições para ir em socorro dos agricultores de Itaipu, para atender as justas reivindicações que eles dizem reconhecer, se ele não tem condições, não é Governo esse PDS, mas é do Governo, é instrumento do Governo.

Então, esses trombeteiros que andam por aí, dizendo que o PDS é do Governo, são falsos trombeteiros. Eis o que nós temos assistido.

Então, nos surpreende que Jaime Lerner tenha tido esse comportamento de repudiar a presença das camadas populares de bairro, como ontem, ainda, os próprios professores de Curitiba, que ele apenas, com muita relutância recebeu um grupo de 12 professores.

Ele tem medo de falar com o povo, porque não é povo. Se fosse povo, se fosse um homem eleito pelo povo, iria ao encontro do povo, conversar com o povo, como nós que conseguimos um mandato, não temos medo de passar pelo meio do povo, de conversar com o povo, ouvir e defender as suas queixas, como Vossa Excelência está defendendo, nessa tribuna.

Obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Obrigado, Deputado Lineu Turra, pelo brilhante aparte.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento)

Nobre Deputado, me senti movido a ofertar este aparte pelo seguinte fato: não é privilégio de Curitiba, esses aumentos desmesurados, esses aumentos anti-povo, de tarifas de ônibus, aqui na Capital do Estado, não. Só que aqui quero fazer uma rápida colocação. Aqui o problema é diferente, porque o Prefeito é nomeado, é interventor, - é um homem que não tem compromisso com o povo, a não ser com grupos econômicos, com o Presidente da Câmara Municipal que detém quarenta e dois por cento da rede da frota de coletivos urbanos, e o povo, para ele, está relegado a um plano muito, muito secundário.

Mas, em Londrina, que é a cidade que temos a honra de representar nesta Casa, juntamente com o Deputado Fiori Luiz, o Prefeito é eleito pelo povo. É um homem que, desde 1.968, vem edificando uma carreira em cima de demagogias, de mentiras, de engodos, iludindo a fé do povo, explorando a credulidade do povo.

E, aquele homem conseguiu chegar ao ápice de sua carreira, Prefeito de Londrina, à custa do povo.

Só que aquele Prefeito de Londrina, a exemplo do interventor de Curitiba, vem também tomando medidas contrárias ao interesse da comunidade e mais especificamente, no que diz respeito ao aumento de tarifa dos ônibus urbanos.

Vossa Excelência, para que tenha noção, há pouco tempo, o Sr. Prefeito Antônio Belinati, através de um decreto, aumentou a tarifa de ônibus urbanos, de sete para onze cruzeiros.

E quis, quando a comunidade exigiu dele um esclarecimento, atribuir ao CIP, a responsabilidade desse aumento, pensando que as demais autoridades que têm compromissos legítimos e sérios com o povo, desconhecessem essa realidade. O Sr. Prefeito Antônio Belinati poderia ter aumentado de sete para oito, para nove, para dez, mas preferiu aumentar ao máximo, que é onze cruzeiros e quem é que paga esse aumento, nobre Deputado, de quatro cruzeiros que o Sr. Prefeito Antônio Belinati decretou quando poderia ter decretado o mínimo ao povo. Para que Vossa Excelência tenha noção do que representa este aumento de quatro cruzeiros concedido à Empresa Viação Urbana Londrinense representa alguns milhões de cruzeiros por dia, só os quatro cruzeiros e atinge a quarenta milhões por mês à custa do já sofrido povo do Paraná e aqui em Curitiba as coisas não são diferentes, só que aqui lamentavelmente o Prefeito além de ser interventor, falta a ele um atributo especial que seria compromissos sérios com o povo, seria um voto do povo e tudo o Prefeito tem mas não tem sido digno desse voto e dessa confiança.

Eu só fiz esse aparte para que ficasse registrado nos Anais da Casa, o quanto o Sr. Antônio Belinati tem sido inimigo do povo, que a vida inteira o ajudou em todas as eleições de 68 até agora.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o seu aparte. Apenas dizendo que lamentavelmente ainda que venha fazendo uma administração voltada tão somente para o centro da cidade, ainda que seja chamado como "Joãozinho Trinta" em diversos locais, de Curitiba ou do Paraná, o Prefeito Jaime Lerner encontra guarida em quase toda a imprensa nacional dando-lhe a condição de maior Prefeito desse Brasil, um Prefeito que volto a repetir, de mentirinha, um verdadeiro enganador da população curitibana e porque não dizer, do Brasil, porque tem gasto muito dinheiro para a auto promoção em nosso País.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Solicito um aparte a Vossa Excelência. (Assentimento).

Nobre Deputado, estou ouvindo com atenção as palavras pronunciadas por Vossa Excelência, mas gostaria, inicialmente, de fazer um registro porque quero que hoje se registre realmente o seguinte: a Casa, a Assembléia Legislativa hoje está sendo dirigida pelo Movimento Democrático Brasileiro, para mim e para todos os militantes do PMDB, essa é a antevisão que nós estamos fazendo do futuro, porque nós seremos Governo, seremos maio-

ria neste Estado, a partir das próximas eleições e a Constituição da Mesa nesta manhã de sexta-feira, somente nos dá essa antevisão do futuro e eu me lembro do poeta Tiago de Mello que diz que é possível que se transforme uma terça-feira cinzenta numa manhã radiosa de domingo e hoje eu quero deixar esse registro aqui e em relação àquilo que Vossa Excelência está dizendo, nessas horas é que esse político, mentiroso que se chama Jaime Lerner, se desnude realmente a todo o Paraná, quando expulsa da Prefeitura Municipal, aquela parcela de população, para a qual não volta atenção alguma do seu Governo.

Quando ele diz que a Prefeitura Municipal é sua propriedade, ele se nivela, se parece com os ditadores maiores desse País. Quando ele se diz liberal, é uma mentira, um engodo. Esse homem precisa ser realmente denunciado à população toda, porque nada mais fez durante todos esses anos, a não ser o jogo do sistema, o jogo da ditadura.

Portanto, ficam aí as palavras de Vossa Excelência, traçando o retrato, o perfil desse que se serviu da escuridão, do obscurantismo, para dizer que era liberal, que é um democrata. É coisa nenhuma. É simplesmente um servidor desses que durante todos esses anos fizeram a infelicidade do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Tempo esgotado, nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Tempo esgotado, nobre Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Solicito desculpas ao Deputado que solicitou o aparte. Apenas, trinta segundos para o encerramento deste pronunciamento.

Até que se mostre que na realidade, em Curitiba, temos um prefeito de "mentirinha".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Consultamos a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário. Com a palavra o Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Uso a Liderança do meu Partido, apenas para participar do debate iniciado, quando na tribuna o Deputado Nestor Baptista.

Em primeiro lugar, para dizer ao Deputado Waldyr Pugliesi meu ilustre amigo, a quem admiro muito como político, que a Páscoa já passou, que a crucificação de Jesus Cristo já foi feita e comemorada em todo o País e em todo o mundo. E que o Prefeito Jaime Lerner infelizmente, não podendo aqui se defender, porque o foro mais próprio para a discussão deste assunto seria a Câmara Municipal.

Tenho a dizer o seguinte, que o Prefeito Jaime Lerner tem seus méritos e, Vossa Excelência, Deputado Waldyr Pugliesi, que foi Prefeito também da grande Arapongas, com um brilhante trabalho por sinal naquela cidade que todo o Norte do Paraná reconhece e que o povo reconheceu através da votação brilhante que Vossa Excelência teve, não pode ser crucificado dessa forma o Prefeito Jaime Lerner.

Ainda mais, considerando-se que o seu trabalho é reconhecido nacionalmente.

Evidentemente, ele tem os seus erros e os seus pecados, como todo administrador os tem.

Mas, nós não podemos negar evidentemente, que o trabalho que ele tem feito por Curitiba é muito bom.

Diga-se de passagem, que eu sou contrário à nomeação dos Prefeitos das Capitais, acho que nós devemos também, começar

a dizer, a falar, que deveremos empacotar junto às demais medidas que por certo virão a este País para organizar e normatizar as eleições do ano que vem, também a eleição direta de Prefeito das Capitais.

Com relação especificamente, ao assunto do aumento das passagens ...

O Sr. Erondy Silvério — Antes que Vossa Excelência entre nesse assunto, gostaria que Vossa Excelência me concedesse o aparte (Assentimento).

Quero me referir ao aparte oferecido ao nobre Deputado Nestor Baptista, pelo Presidente Regional do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, que saudou a Mesa que hoje está presidindo os trabalhos composta de Deputados dessa notável agremiação política que é o PMDB que tanto admiramos.

E, dizendo, que ele estava antevendo a tomada do Poder pelo PMDB, que dentro de poucos meses seria um Governo.

E eu me lembrei então, do nobre Deputado Gabriel Manoel, que disse que o PMDB era como a torcida do Corinthians, que jogava bem, fazia barulho em campo, mas só ganha campeonato de 50 em 50 anos.

Daqui a 47 anos o PMDB chega ao Poder.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gabriel Sampaio, a minha intervenção, simplesmente foi no sentido de se fazer um pouco de luz realmente, sobre o verdadeiro caráter político do Prefeito de Curitiba, ele se fantasia nacionalmente como liberal.

Em outras épocas se despiu de certa roupagem e até se coloriu com uma roupagem de esquerda.

Esta imagem externa que ele está procurando dar a todo o País.

Mas quando os operários, aqueles que não têm casa, aqueles que não têm emprego, chegam a Prefeitura Municipal, ele coloca este povo para fora e diz que a Casa lá é dele.

Aí fica o caráter autoritário. O que quero deixar bem claro é que ele não se diferencia em nada destes outros que estão por aí também falando em Abertura mas fazem de tudo para que não haja abertura.

São a favor que se façam eleições mas recebem com alegria a prorrogação de mandatos de Prefeitos e Vereadores.

Dizem que são contra a prorrogação de mandatos parlamentares, - outra sujeira que estão articulando neste País -, e amanhã farão com que a prorrogação de mandatos parlamentares talvez se verifique.

Em relação à antevendo que faço, realmente acho que tudo nasce, cresce e morre nesta vida.

O golpe militar de 64 teve já uma sobrevida muito longa e é natural que outros agrupamentos que sejam representativos da sociedade civil, venham a assumir o Poder.

Simplesmente fiz o registro em relação à constituição da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa nesta manhã, porque vi realmente que seremos Poder, seremos Governo no futuro para resolver as coisas, para se fazer mudanças estruturais.

Agora voltando ao Sr. Prefeito de Curitiba, o tenho como um servidor dos golpistas de 64.

É um homem que está tentando colocar oxigênio da veia deste Regime que já não tem mais sangue para continuar sua vida.

Exatamente isto e simplesmente isto.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Deputado Waldyr Pugliesi...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Só um minuto, só deixe eu responder primeiro ao Deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado, estes problemas todos, na minha modesta opinião, são problemas de enfoque. Problemas de ponto de vista, porque, de certa forma, se quisermos dirigir nosso raciocínio para um outro enfoque do problema, nós todos desta Casa, PP, PMDB, PDS, PTB e outros Partidos que não têm representação aqui, também fazemos um jogo — nas suas palavras, — dos golpistas de 64.

Porque nós, de certa forma — isto já dizia aqui há cinco anos atrás — estamos aqui participando de uma farsa criada nesta Nação. Quando aceitamos nossas candidaturas por Partidos autorizados pela Revolução de 64, estamos dando nosso aval à situação que aí está ...

O Sr. Nestor Baptista — Absolutamente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sim senhor, porque estamos aceitando as regras do jogo. Todos aceitamos as regras do jogo.

Portanto, tanto o Prefeito Jaime Lerner, na sua posição de indicado à Prefeitura, fazendo a sua parte no seu trabalho, como nós aqui também estamos na mesma canoa.

Acho que é um problema de enfoque, como falava ainda anteontem nesta tribuna. Quer dizer, para se falar de anistia porque ela foi concedida. Agora, o grande carro-chefe da Oposição chama-se Lei de Segurança Nacional, que não é aplicada já há muito tempo, está em desuso e órgão em desuso tende à extinção.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Waldyr Pugliesi — Permite-me mais um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem, só para ser democraticamente falando, concedo o aparte primeiramente ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Obrigado.

Apenas para situar-me, e dizer que estou de acordo com o pronunciamento de Vossa Excelência. A Oposição, em relação aos Prefeitos brasileiros que foram eleitos pelo glorioso PMDB, eram "useiros e vezeiros", em dizer que renunciariam se os mandatos fossem prorrogados. Os mandatos foram prorrogados, e até hoje, nenhum Prefeito do PMDB se dignou a fazer uma renúncia pública.

É o que vai acontecer, se os mandatos dos Srs. Deputados forem prorrogados, não haverá Deputado do PMDB, da Oposição, que também tenha a dignidade de pedir renúncia.

É por isto que cobro do pessoal da Oposição, a renúncia dos seus Prefeitos, quando eles vinham naquela tribuna dizer que os Prefeitos do PMDB renunciariam se fosse concretizada essa barbaridade, onde uma dilação de prazo, seria apenas para acertar a situação financeira do País, apenas porque quem votou no Prefeito por quatro anos, vota por seis, e quem votou no Deputado por quatro anos, vota por seis também.

Digo, de público, que tenho uma reeleição garantida, mas sou favorável à prorrogação de mandatos, porque, quando não for mais favorável, e os mandatos foram prorrogados, darei a minha renúncia e terei a hombridade de usar, Deputado, esta prerrogativa que o povo me concedeu. É uma balela, é um sonho de uma noite de verão, e a Oposição está cerceada num compacto de argila e, na hora que tremer a terra, trema a Oposição.

É por isso que cobro deles a renúncia de Vereadores pelo PMDB, que até hoje não veio. Se mentimos, eles mentem mais, se falseamos, eles falseiam mais, e se temos demagogia, a deles é maior.

Por isso, tem que haver uma unidade pensando na Nação brasileira, pensando nos homens que, de fato, vão à tribuna e dizem que seus vereadores e seus prefeitos vão renunciar.

E eu pergunto: onde é que está a renúncia desta gente?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Já concederei o aparte ao Depu-

tado Nestor Baptista.

Só quero responder primeiramente, ao Deputado Gabriel Manoel, e fazer duas colocações.

Em primeiro lugar, defendendo os Prefeitos da Oposição e os Vereadores. São atitudes emocionais, que as pessoas, inopinadamente, fruto de uma emoção forte e momentânea, prometem renúncias, etc.

E isso realmente passa, as pessoas voltam à realidade e passam a participar do mesmo processo histórico das coisas.

Em segundo lugar, um elogio pessoal a Vossa Excelência, porque muitos poucos, Deputado Gabriel Manoel, têm a coragem que Vossa Excelência tem, em dizer que é favorável à prorrogação de mandatos.

Acho isso uma posição altamente elogiável, porque dificilmente, Deputado, alguém tem essa coragem. Eu, pessoalmente, sou contra a prorrogação, mas admiro Vossa Excelência, porque esse é o grande jogo democrático, é de cada um dar a sua opinião e ser respeitado por ela, sem demagogia.

Porque é muito prático, hoje, Deputado, e eu estive recentemente em visita ao Congresso Nacional, e vi Deputados de todos os Partidos políticos tramarem a prorrogação de todos os Partidos, mas dizem que perante a imprensa, a conversa é outra.

Então, Vossa Excelência é um homem de coragem e tem a admiração desta Casa. E quero deixar registrado nos Anais da Assembléia, esta posição, porque acredito, como Vossa Excelência acredita, que se amanhã ou depois acontecer uma coisa que ninguém quer que aconteça hoje, as opiniões poderão ser diferentes.

Daí veremos realmente quem tem a opinião coerente, a opinião de manter a sua palavra.

Agradeço a Vossa Excelência, e quero dar o aparte ao Deputado Nestor Baptista, que me pediu pela ordem.

O Sr. Nestor Baptista — Lamentavelmente, Vossa Excelência não ouviu quase todo o meu pronunciamento, já que mantinha entendimentos com seus Companheiros de Bancada.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Só quero fazer um reparo, Deputado Nestor Baptista, que ocupei a tribuna mais para dialogar, em termos, com o Deputado Waldyr Pugliesi, que foi o aparte que ouvi, por chegar atrasado, e não absolutamente em cima do pronunciamento de Vossa Excelência, feito na tribuna.

O Sr. Nestor Baptista — Perfeito. Mas, quando Vossa Excelência diz que há muitos méritos no Sr. Prefeito Jaime Lerner, eu usei também dessa mesma linguagem, quando fazia o meu pronunciamento.

Indiscutivelmente, não se pode desconhecer o que ele vem fazendo pelos grandes grupos econômicos de Curitiba; não se pode desconhecer o que ele vem fazendo de despesas para o município, no centro da cidade, especialmente.

Temos um centro bonito, maquiado, bem arrumado, e então, não podemos desconhecer esse trabalho feito pelo Sr. Jaime Lerner. Como também não podemos desconhecer o quanto ele vem gastando para se auto-promover, para se auto-projetar, para se auto-lançar a candidato a Governador do Estado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Permita uma sugestão, nobre Deputado.

Este Poder, tão sem poder, como o nosso, Deputado, promova uma CPI para apurar isso, promova que assino com Vossa Excelência, junto, para dar apoio, porque acho que não podemos ficar aqui a denegrir nomes públicos e fazer acusações seriíssimas, somente para registro da taquigrafia e da imprensa, que aqui se faz presente. Temos que apurar isso. Vossa Excelência tem todo o direito.

É uma das poucas armas que nos restam.

O Sr. Nestor Baptista — É uma excelente sugestão, sem dúvida alguma.

Aliás, ao longo do nosso trabalho, nem sempre somos divulgados em tudo o que falamos. Mas, temos aí os casos dos tombamentos históricos de Curitiba, que são verdadeiras negociações do município e que temos condições de provar.

Como o tempo já está se esgotando, queria apenas lembrar ao Deputado Gabriel Manoel, que disse há pouco que apoia o seu pronunciamento, estranho muito, porque há dias atrás, Sua Excelência, nas páginas dos jornais de Curitiba, criticava violentamente o Prefeito de Curitiba.

E Vossa Excelência, quando diz que somos coniventes com o regime que aí está, que estamos junto com o Governo neste enfoque que é dado de engodo para a população, devo dizer que só há uma maneira da Oposição e do povo tomarem o Poder, que é através da eleição.

Se nos furtarmos do trabalho político, os Srs. do PDS, do Partido do Governo, vão ficar bem à vontade. É por isso que o Deputado Gabriel Manoel pede a renúncia. Todo mundo quer que renuncie toda a Oposição, porque aí fica-se muito a vontade para continuar as barbaridades que estamos vendo hoje, e que o povo brasileiro está arcando.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente, Artigo 153 do Regimento Interno.

Pediria ao amigo Deputado, a quem tenho na mais alta conta, que não fosse hipócrita, que não venha lançar pedras sobre mim, porque apenas falei que sou favorável à prorrogação de mandatos, como ele também é favorável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Queremos informar ao Deputado Gabriel Sampaio, que seu horário está esgotado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Obrigado.

Deputado Nestor Baptista, continuaremos, e fica a sugestão da CPI para Vossa Excelência.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) No horário reservado ao Partido Popular concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não obstante estar um tanto quanto afônico, e com muita dificuldade de falar, estou acompanhando os debates nesta manhã, desta Casa Legislativa, quanto o possível aumento em Curitiba do transporte coletivo, que deu início a esta profusão de opinião, parávamos e pensávamos no atual problema do nosso País.

Porque, realmente, hoje, se o Deputado, se o Parlamentar, se o Representante do povo não aproveita o dia para falar a respeito do assunto, no dia seguinte já tem outro aumento.

Estamos vivendo uma espiral inflacionária, que já disse desta tribuna, muito responsável do próprio Governo, através dos serviços públicos.

Parece mesmo que o Governo é o maior, é o grande responsável pela inflação neste País. Tanto é que se observam os últimos fatos: o aumento nas taxas de telefone; os gritantes aumentos para aqueles que consomem água; os preços abusivos e extorsivos que o povo não tem condições de agüentar. As tarifas de energia elétrica que, a partir de segunda-feira, estarão sofrendo um aumento geral de 20 por cento, atingindo o consumidor doméstico, numa faixa de 12,6 por cento, se não estou equivocado, o leite que agora já aparece em pacotes de meio-litro, e o BNH que fala em reajuste semestral das prestações e diz ainda que com isto, o objetivo seria de facilitar aquele que paga as prestações da casa própria, mas quando se pede que a

todos, indistintamente, se dê também o reajuste semestral dos seus vencimentos, aí a situação já é completamente antagônica.

Estamos vivendo o problema da recessão, problema que ontem foi seriamente debatido no Congresso Nacional, e o que está acontecendo neste País, é que quando uma multinacional como a Volks recebia lucros extraordinários na fabricação e venda de automóveis neste País, tudo ia bem, mas no momento em que passou a ter a limitação na venda dos automóveis, porque a gasolina foi taxada terrivelmente pelo Governo, começou a dificultar a venda dos veículos, o que faz esta multinacional?

Procura dividir as dificuldades e os prejuízos da crise, com quem? Com o trabalhador.

É sempre o trabalhador que paga neste País, é com ele que ela procura a divisão no momento crítico, e o que o Governo faz?

O que faz já vimos, inclusive manifestações de que o Governo está pretendendo criar novas situações que permitam que os consórcios tenham maior maleabilidade para que o brasileiro possa adquirir o veículo, quer dizer, para ajudar a multinacional, sabendo que vai estar afogando mais brasileiros que vão comprar automóveis, porque a gasolina continua subindo.

Esses dias, quando veio a notícia de que teríamos e já temos a diminuição de dois dólares por barril de petróleo, já veio outra notícia, a de que agora o aumento da gasolina será um pouco menor, não será tanto.

É um País curioso, um País que também esconde fatos. Recentemente, o nosso Presidente esteve fazendo uma "tour-née" com uma gigantesca caravana, andando por Paris.

Esteve na França, em Portugal. Festas e mais festas também, festas em boates também, e o que aconteceu em Portugal?

Não me refiro às visitas que o Presidente e Dona Dulce fizeram a boates de Paris, mas me refiro quando o povo sofrido deste País aqui está passando fome, e eu pude ler, numa notícia que foi inserida no Jornal "O Globo", possivelmente por descuido, dando conta que o Sr. Presidente da República, pretendendo retribuir a homenagem do Governo Português, dedicou, no Palácio de Queluz, agradecendo aquela homenagem, oferecer também um pequeno banquete, num salão especial para 150 convidados, e no salão de baixo, com música, com orquestra, com doces, com bacalhau, com tudo, para apenas dois mil convidados portugueses.

Foi uma festa em plena Capital portuguesa, no Palácio de Queluz, ricamente ornamentada, dando uma demonstração completamente antagônica daquilo que estamos vivendo neste País, e ao lado disto tudo, quando a preocupação da classe política é apenas uma, é de que possamos colocar as coisas nos seus devidos lugares, lutando para que possamos obter os legítimos direitos políticos, para que, de uma vez por todas, o PDS e o Governo digam quais são as regras do jogo para a famosa reforma eleitoral, para que saibamos exatamente o que vai acontecer, para que não se fale mais em prorrogação de mandatos, pretendendo a preservação do futuro colégio eleitoral, que deverá eleger o futuro Presidente da República, é preciso então que a classe política se manifeste, que tome posições, que efetivamente use da tribuna para exigir uma posição daqueles que são responsáveis pelas coisas nesse País.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estava aqui ouvindo atentamente esta verdadeira radiografia que Vossa Excelência faz do nosso Governo, e fiquei meditando com grande contraste de tudo isso, quando vi hoje, nas manchetes dos jornais aqui do Estado do Paraná, uma sinopse das palavras que o Ministro Delfim Neto, mais conhecido como "lagartão da soja", fez ontem na CPI do

Congresso Nacional, com relação ao problema da crise da indústria automobilística brasileira.

Ele dizia o seguinte, que com relação ao desemprego dos cinco mil trabalhadores da Volkswagen, que isso não tem problema algum que se eles forem demitidos, simplesmente outras indústrias poderão absorver esta mão-de-obra, só que esquece o Ministro Delfim Neto que neste País há mais de cem mil trabalhadores desempregados, só em São Paulo.

Então, seriam mais cinco mil e que para ele isso não é problema, que, caso as outras indústrias não absorvam essa mão-de-obra, que esses trabalhadores poderiam a qualquer momento voltar para a Volkswagen, como se isso fosse um problema assim, simples de ser resolvido.

Agora eu pergunto: onde é que ficam as famílias desses trabalhadores, os filhos, as esposas que têm que comer, pagar aluguel, que têm que pagar farmácia, que têm que ir à escola?

Quem está dando banquete no Palácio de Queluz em Portugal? Quem está freqüentando a Lei 78, em Paris?

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e devo confessar, Srs. Deputados, o aspecto que mais me chama a atenção e que tem servido como caminho natural para que possamos chegar a encontrar é pelo menos as soluções mais satisfatórias, especialmente no campo da ação social, no setor econômico.

Esse caminho mais natural, é o caminho político, caminho democrático, e daí então, é a razão de que, neste momento conturbado, não apenas social e economicamente do País, mas politicamente também, que tomemos posições.

E esta posição me é cobrada, em função de um expediente da lavra, se não estou equivocado, do eminente Deputado Gabriel Sampaio, no sentido de que se faça uma moção de apoio ao Sr. Presidente da República, porque entendo que esta Casa deveria, isto sim, agilizar no sentido de que encaminhássemos também ao Poder Central, um apoio mais veemente. Um apoio para que tivéssemos definições imediatas a respeito da reforma eleitoral, das definições políticas do País, de que pudesse esta Casa Legislativa dizer categoricamente à Nação, de que todos somos contrários a esta imoralidade que se pretende, da prorrogação de mandatos.

Mas, é preciso que façamos neste expediente, unidos, esta demonstração.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Dácio Leonel, ilustre Parlamentar Líder do Partido Popular, quero dizer a Vossa Excelência, que concordo plenamente,

Acho que até há pouco, aqui, dava uma entrevista a uma das jornalistas creditadas na Casa, dizia exatamente sobre o mesmo assunto.

Acho que a definição da regra eleitoral é fundamental para que possamos, realmente, sair jogando. Precisamos que se parem as especulações, cessem as tramas que se projetam por aí para que possamos realmente entrar numa fase pré-eleitoral, que seria para o próximo ano, com condições de se saber quais as regras do povo. Sejam elas quais forem.

Espero que sejam as mais democráticas possíveis.

Concordo em gênero, número e grau com Vossa Excelência. Vamos apoiar o Presidente para que ele faça a Abertura, presida as eleições do ano que vem, e que também as regras do jogo sejam definidas com urgência.

Os horbais de hoje, se Vossa Excelência viu hoje, o próprio Partido do PDS antecipa os prazos dados a uma comissão a nível partidário, para que apresente sugestões ao Congresso Nacional que era para agosto, antecipando agora para o final do semestre.

Concordo com Vossa Excelência, e devo manifestar que

numa Casa política, com todos os Partidos participando desta manifestação, pedindo, solicitando urgência na definição do jogo político.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a Vossa Excelência e concedo o aparte ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, realmente é com muita precisão que Vossa Excelência faz a radiografia, há pouco já referida pelo Deputado que nos antecedeu, quanto aos desmandos, aos desgovernos que está este País.

Também não podia ser diferente, tendo na chefia da economia nacional um Delfim, não sei se filho ou neto das multinacionais.

No entanto, gostaria de aproveitar este aparte somente para registrar aqui uma série de confusões que se fazem, principalmente quando tentativas dos nobres Deputados do PDS em defender figuras como Jaime Lerner ou o Presidente da República.

Confundir Jaime Lerner com Semana Santa, com Crucificação de Jesus Cristo — com Jesus Cristo acho que é uma das confusões mais lamentáveis que se possa fazer porque se esquece que nos personagens da Semana Santa também havia o Judas, e não sei se o deveríamos comparar com a Crucificação de Cristo, que hoje a Igreja reconhecidamente, vê que está sendo crucificado todos os dias na figura do pobre, do oprimido, do humilde, que foi recentemente expulso da Prefeitura, ou se o confundimos com Judas.

Confundir aceitação de regras do jogo com aceitação de Governo de Regime, é outra grande confusão, porque, se não houve possibilidade de aceitar. As regras do jogo foram impostas de cima para baixo. Foram impostas quando inclusive se fechou o Congresso para impor estas regras do jogo.

Então, não é uma questão de aceitar, é uma questão simplesmente de atuar sob as imposições que estão no País a mando militar, dos maus militares comprometidos com as multinacionais.

Obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado, o brilho do aparte de Vossa Excelência, me permito utilizar como fecho da minha presença na tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Consultamos à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Ausente).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 155/80, de autoria do Deputado Renato Bueno, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel a área urbana, de propriedade do Estado do Paraná, denominada "Reserva V", conforme especifica Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 155/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cascavel, a área urbana de propriedade do Estado do Paraná, denominada "Reserva V", com 12.646,00 metros

quadrados, situada entre as Ruas Rio de Janeiro, Santa Catarina, General Osório e Duque de Caxias, da Cidade de Cascavel, objeto da Matrícula nº 9063-P-17.362.

Art. 2º — O terreno, objeto do presente contrato, destina-se a área de lazer para a população.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1980.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de atender inúmeras reivindicações formuladas pela Câmara Municipal de Cascavel, entidades de classe, lideranças comunitárias e o povo em geral, e com o propósito de dotar aquela cidade de mais uma praça pública e área de lazer, o que aliás, é um dos aspectos negativos sob o ponto de vista urbanístico que se observa naquela metrópole do oeste paranaense, é que apresentamos este projeto de lei, na certeza de que contamos com o apoio e a aprovação de nossos nobres Pares e de Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga.

Em anexo, juntamos cópia do documento relativo à área a ser doada, fornecido pelo Registro de Imóveis 2º Ofício da Comarca de Cascavel.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 155/80

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Renato Bueno, o presente projeto de lei tem por finalidade doar ao Município de Cascavel o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica.

Analisando-se a matéria no seu aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que não existe qualquer óbice, quer legal, quer constitucional, que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Quanto ao objetivo da doação pretendida, a justificativa apresentada nos convence da sua oportunidade. No entanto, para que não seja postergada a execução da obra propugnada objeto de doação do imóvel, apresentamos emenda, dando prazo para a Municipalidade de Cascavel execute o empreendimento, sob pena do imóvel retornar ao patrimônio do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, na forma da Emenda Substitutiva que apresentamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 155/80 SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cascavel, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da área urbana denominada "Reserva V", com 12.646 m2, situada entre as Ruas Rio de Janeiro e Santa Catarina; General Osório e Duque de Caxias, na Cidade de Cascavel. Registrada sob o nº 9.063-P-17.362, da 2ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2º — Fica a Prefeitura Municipal de Cascavel obrigada a construir no imóvel citado no Art. 1º desta lei, no prazo de dois anos, sob pena do mesmo reverter ao patrimônio do Estado áreas de lazer destinadas à população daquele município.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/80, de autoria do Deputado David Cheriegate, que declara de utilidade pública a “Associação Cascavelense de Amigos de Surdos — ACAS”, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 160/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS — “ACAS”, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Está em regular funcionamento há mais de um ano, e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é colaborar para a reabilitação e integração social dos deficientes da audição e da fala, através de educação, formação e encaminhamento profissional e técnico, colaborar com a Escola na instalação e manutenção do centro Suvag-Sistema Verbo Tonal e outros congêneres.

Isto posto, apresentamos o projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 160/80

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado David Cheriegate, o presente projeto de lei n.º 160/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Cascavelense de Amigos de Surdos - “ACAS”, com sede e foro na cidade de Cascavel.

A justificativa apresentada pelo autor do plano de lei, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento, pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

JOSÉ TAVARES — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarregando medidas para solucionar o abastecimento de água da cidade de Ubitatã. **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

11 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 201/79, 155, 160, 176/80 e 06/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/80.

Levanta-se a Sessão.